

O desempenho das finanças públicas estaduais em 1995

*Alfredo Meneghetti Neto**

1 - Introdução

O objetivo deste estudo é apresentar o desempenho das finanças públicas estaduais no ano de 1995, marcado pelo primeiro ano do Governo Britto. Várias foram as medidas implementadas pelo Executivo: o corte de despesas, o combate maior à sonegação e a busca de uma solução para resolver o enorme peso do serviço da dívida. Entretanto, mesmo assim, a execução orçamentária ao longo do ano foi bastante dificultada, ocasionando um déficit de mais de R\$ 500 milhões. A idéia do texto é, inicialmente, detalhar as principais medidas de política fiscal e, no item três, as repercussões no comportamento do ICMS, que é o principal tributo da receita estadual. No item 4, apresenta-se a arrecadação dos setores da economia gaúcha e, por fim, no item 5, demonstra-se a execução orçamentária estadual.

2 - Principais medidas de política fiscal

No início do ano, o Executivo preocupou-se em colocar em dia o que devia tanto ao Governo Federal como às instituições de crédito e ao PIMES, para

* Economista, técnico da FEE e Professor da PUC-RS.

O autor agradece os comentários e sugestões de Carlos Roberto Winckler, Lorys Sanabria, Maria Luiza Blanco Borsatto, todos do Núcleo do Estado e Setor Financeiro da FEE. Vale registrar também que este texto contou com a ajuda da estagiária Fernanda Sperotto na obtenção dos dados. Os erros que eventualmente tenham permanecido são de inteira responsabilidade do autor.

voltar a receber recursos federais e internacionais. Após longas negociações, o Governo conseguiu, em Brasília, trocar os títulos da dívida pública estadual por títulos da dívida pública federal, que dispõem de taxas de juros menores, reduzindo, assim, os custos de rolagem em aproximadamente R\$ 12 milhões por mês. A federalização da dívida — como ficou denominado esse acerto — permitiu o aval da União para que o Estado, depois de muitos anos, pudesse voltar a se recredenciar a empréstimos externos. O resultado obtido com esse conjunto de ações foi a captação de R\$ 1 bilhão junto a instituições de crédito nacionais (BNDES, CEF, BB) e internacionais (bancos privados). Esse fato, sem dúvida, como se verá adiante, na execução orçamentária, foi um dos grandes pontos de estrangulamento do equilíbrio orçamentário.¹

Por outro lado, o Governo também empreendeu um grande esforço para cobrar de seus devedores, colocando em prática uma série de programas visando à modernização dos sistemas de cobrança administrativa e judicial. Além disso, ele desenvolveu a campanha "Paguei, Quero Nota" (que resultou em sete milhões de notas fiscais recolhidas). Também foram conseguidos bons resultados com a "Operação Paraguai", que apreendeu cerca de 440 toneladas de mercadorias; com o "Disque Nota", que resultou em mais de 4,7 mil denúncias contra estabelecimentos comerciais; e, finalmente, com o apoio de 415 prefeituras conveniadas (RS. Sec. Faz., 1996, p.9).

Além dessas medidas, outras foram desenvolvidas, tais como a extinção do programa de redução do ICMS da cesta básica. Como já se viu em outros estudos (MENEGHETTI NETO, 1992), esses benefícios não haviam sido repassados aos preços dos produtos da cesta básica, pois não houve um

¹ Na realidade, o que praticamente sempre tem acontecido no RS é que a quase-totalidade da dívida mobiliária é rolada nos vencimentos mediante a emissão de novos títulos. Só para se ter uma idéia, foram desembolsados, no ano de 1995, em torno de R\$ 162 milhões para pagar os juros, sem, contudo, ter sido reduzido o estoque de forma substancial. O estoque da dívida da Administração Direta já passou dos R\$ 7 bilhões segundo o documento da Secretaria da Fazenda (RS. Sec. Faz., 1995, p.12). Como no Rio Grande do Sul existem cerca de 9,6 milhões de habitantes, isso significa, em outras palavras, que cada um dos gaúchos deve quase R\$ 730 para as instituições de crédito nacionais e internacionais.

acordo setorial entre o Executivo e os empresários — única forma de resolver essa questão, uma vez que o Executivo estadual não tem atribuição de controle de preços.²

3 - O comportamento do ICMS

A arrecadação do ICMS é fundamental para as finanças públicas estaduais, já que se trata de um imposto que tem representado, nos últimos anos, algo em torno de 70% da receita própria gaúcha.

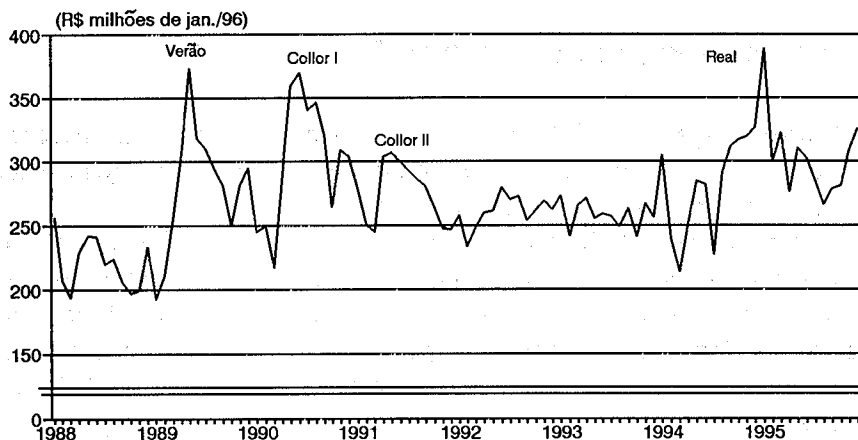
Para monitorar o ICMS gaúcho nestes últimos anos, procurou-se seguir três metodologias já desenvolvidas na literatura de finanças públicas. Em primeiro lugar, buscou-se verificar o impacto dos planos econômicos na arrecadação, logo após foram contrapostos o crescimento da economia gaúcha com o do ICMS e, finalmente, a arrecadação do ano de 1995 em relação ao ano anterior.

É razoável supor que o ICMS gaúcho recebeu todos os impactos relativos ao desempenho da economia brasileira. Isso quer dizer que a política econômica implementada no País teve amplas repercussões na arrecadação. Por exemplo, os planos de estabilização econômica melhoraram o desempenho do ICMS em virtude da queda brusca da inflação, o que pode ser melhor visualizado no Gráfico 1, nos Planos Verão (1989), Collor I (1990), e no Real (1994).

² A redução do ICMS da cesta básica gerou muita polêmica na sociedade gaúcha. Tudo começou em agosto do ano de 1992, quando o Legislativo aprovou uma redução do ICMS de 31 produtos da cesta básica, com a finalidade de melhorar a competitividade dos produtos gaúchos. Cinco meses depois, argumentou-se (MENEGETTI NETO, 1992) que os preços dos produtos da cesta básica haviam aumentado ainda mais e que eram fundamentais um acordo setorial e um acompanhamento de preços, para que os consumidores pudessem receber os benefícios dessa medida. Concluiu-se que havia forte predominância do nível do atacado como ponto de origem das oscilações de preços agrícolas e também que as perdas do Tesouro haviam sido enormes. No ano de 1994, entretanto, havia vontade política do Governo Itamar de essa medida ser estendida para todos os estados do Brasil. Entretanto a idéia acabou não vingando.

Gráfico 1

O ICMS e os Planos no RS — 1988-95



FONTE: Secretaria da Fazenda-RS.

Desde 1988, o nível mais baixo de arrecadação de ICMS no Estado ocorreu na gestão do Ministro Mailson da Nóbrega, pois a inflação era de 20% ao mês, e o prazo de recolhimento chegava a 50 dias. Na época, houve meses em que a arrecadação do ICMS ficou abaixo de R\$ 200 milhões em valores atualizados. Já o pico de arrecadação no Rio Grande do Sul ocorreu durante os Planos Verão, Collor I e Real. Tanto no mês de maio de 1989 quanto no mês de maio de 1990 e no mês de dezembro de 1994, o total recolhido quase ultrapassou R\$ 400 milhões.

Especificamente, os picos coincidem com três fatores: prazo reduzido de recolhimento, queda brusca da inflação e nível máximo de produção da indústria gaúcha. Finalmente, pode-se notar que a arrecadação do ICMS gaúcho equivale hoje à obtida na época do Plano Collor II, no primeiro semestre de 1991, o que significa algo em torno de R\$ 320 milhões. Mesmo assim, está longe de atingir os níveis de recolhimento do ICMS dos Planos Verão em 1989, Collor I em 1990 e Real em 1994.

Outra análise que pode ser realizada com a arrecadação do ICMS é a comparação com o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB). Na realidade, essas duas variáveis têm a virtude de espelhar, por um lado, o quanto a economia conseguiu produzir em bens e serviços e, por outro, o quanto o Tesouro arrecadou. Elas tendem a caminhar sempre juntas, já que o ICMS incide sobre produtos, como alimentação, vestuário, eletrodomésticos, e também sobre serviços, tais como luz e telefone.

Entretanto isso não tem acontecido nas duas últimas décadas, em virtude das isenções, das inadimplências, dos setores que não têm ICMS, como o financeiro, e até da sonegação. Essas evasões fiscais fizeram com que o ICMS se distanciasse do PIB, reduzindo a capacidade do Estado de investir e consolidando uma crise das finanças públicas desde os anos 80. Através do Gráfico 2, pode-se visualizar o comportamento dessas duas variáveis.³

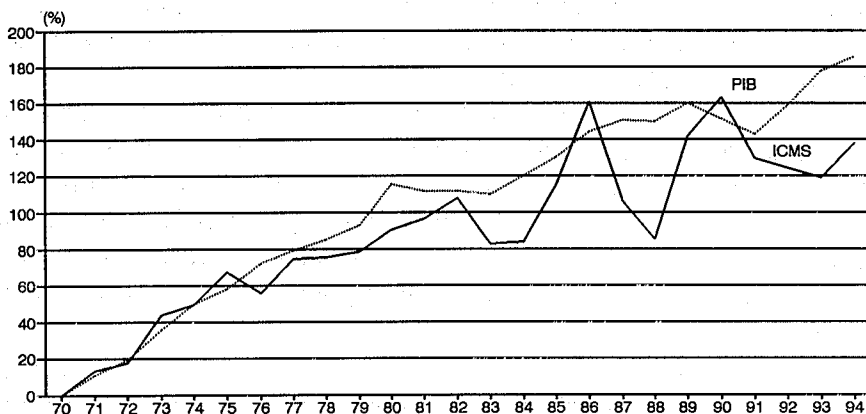
O crescimento do ICMS e o do PIB foram semelhantes até 1975, quando começaram a apresentar um primeiro distanciamento no ano seguinte: enquanto o PIB gaúcho crescia 73% em relação a 1970, o ICMS alcançava somente 55%. O maior distanciamento, entretanto, foi no ano de 1988, quando a economia cresceu 152% em relação ao ano-base, e a arrecadação aumentou somente 85%.

De uma forma geral, o ICMS apresentou-se, nestes últimos anos, de uma maneira bastante errática quanto ao PIB, atingindo um crescimento de 157% em relação a 1970; já o PIB conseguiu chegar a quase 200% de crescimento. Isso significa que o Estado, em todo esse período, teve menos capacidade de se impor para transformar em arrecadação de ICMS a expansão da base econômica. Em outras palavras, a economia gaúcha até conseguiu crescer. No entanto o mesmo não aconteceu com o ICMS. Além das isenções, das inadimplências, dos setores que não têm ICMS, uma outra explicação para esse descompasso é a alta taxa de inflação (até metade do ano de 1994), que fez aumentar ainda mais a crise econômica e as incertezas.

³ Salienta-se que o ano-base escolhido da série do PIB e do ICMS gaúcho foi 1970, pois foi o que menos distorção apresentou dentre os demais (1980 e 1990). Para maiores argumentações da metodologia empregada, ver Meneghetti Neto (1995b).

Gráfico 2

Evolução do PIB e do ICMS no RS — 1970-95



FONTE: FEE.

Secretaria da Fazenda-RS.

Isso trouxe conseqüências danosas para o sistema tributário como um todo, pois as empresas na crise preferiram obviamente pagar antes o pessoal e os fornecedores para depois recolher os tributos devidos. Caso faltassem recursos para isso, aumentaria ainda mais a evasão fiscal, pois o empresário se tornaria inadimplente. Mas cabe salientar que, depois da metade do ano de 1994 até o primeiro semestre de 1995, a curva de arrecadação do ICMS vem reagindo e muito se aproximando do PIB gaúcho.

Analisando-se a Tabela 1, verifica-se mais detalhadamente o comportamento do ICMS nos dois últimos anos.

Nota-se que, em agosto de 1994, com a entrada da nova moeda, a arrecadação do ICMS deu um salto, ultrapassando R\$ 290 milhões, tendo chegado, em dezembro, ao bom desempenho de R\$ 327 milhões, refletindo a retomada das vendas da indústria e do comércio aliada às baixas taxas de inflação.

Tabela 1

Evolução da arrecadação do ICMS no RS — 1994-95

MESES	1994 (R\$ milhões)	1995 (R\$ milhões)	VARIAÇÃO %
Jan.	305	389	27,6
Fev.	239	300	25,3
Mar.	214	323	51,0
Abr.	252	276	9,9
Mai	285	311	9,0
Jun.	282	303	7,4
Jul.	227	285	25,4
Ago.	291	266	-8,7
Set.	312	279	-10,5
Out.	317	281	-11,3
Nov.	320	310	-3,0
Dez.	327	326	-0,1

FONTE: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1994/95). Porto Alegre: CORAG.

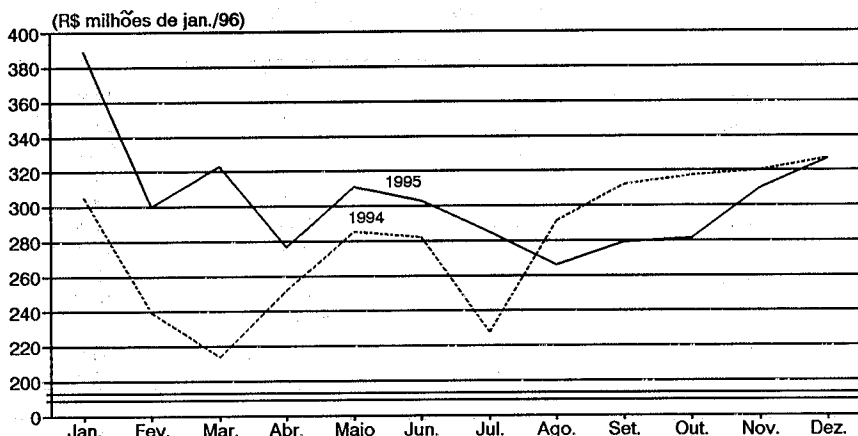
NOTA: Os valores do ICMS estão em R\$ milhões de jan./96. Para a conversão em real, inflacionou-se o ICMS pelo IGP-DI da FGV. É importante salientar que foram retirados dos meses de dez./94 e dez./95 os recursos referentes às antecipações do ICMS de janeiro de 1995 e 1996.

Já ao longo do ano de 1995, a arrecadação do ICMS superou com razoável folga a do ano anterior até o mês de julho. Essa diferença se explica por se estar comparando um período com inflação baixa com um outro com inflação muito maior e um padrão monetário diferente. Dessa forma, a partir de agosto de 1995 a comparação com o ano anterior muda de figura, pois começa-se a relacionar a arrecadação do ICMS com outra que tem o mesmo cenário, ou seja, mesmo padrão monetário e quase a mesma inflação.

O Gráfico 3 mostra o bom desempenho do recolhimento do ICMS no primeiro semestre de 1995, seguido de uma queda no começo do segundo semestre e de uma gradativa recuperação no final.

Gráfico 3

Arrecadação do ICMS no RS — 1994-95



FONTE: Secretaria da Fazenda-RS.

Aliás, essa queda da arrecadação trouxe sérias dificuldades para o Governo honrar seus compromissos, como, por exemplo, as despesas de custeio, o serviço da dívida e o pagamento do 13^o salário do funcionalismo — que, para alguns, foi parcelado e, para outros, adiado. Entretanto convém lembrar que isso aconteceu não somente nesse ano e no RS, mas também desde o Plano Real e em quase todos os outros estados — como argumentado por Meneghetti Neto (1995a, p.19).⁴

⁴ Especificamente, pelos dados de 1994 da Secretaria do Tesouro Nacional, notou-se que de 27 estados apenas quatro seriam aprovados no teste de equilíbrio orçamentário: Pernambuco, Ceará, Pará e Distrito Federal. Por outro lado, os mais deficitários foram os Estados do Acre, de Tocantins, de Goiás e de Mato Grosso do Sul. Também quatro dos cinco estados mais industrializados — São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul — tiveram problemas de caixa; a exceção foi o Paraná.

4 - A arrecadação do ICMS por setores

Através da Tabela 2, pode-se analisar o desempenho da arrecadação do ICMS dos setores da economia gaúcha no ano de 1995 em relação ao ano anterior.

Tabela 2

Arrecadação do ICMS, por setores, no RS — 1994 e 1995

SETORES	1994 (R\$ milhões)	1995 (R\$ milhões)	VARIAÇÃO %
Indústria de transformação	1 685	1 822	8,1
Indústria de beneficiamento	291	264	-9,3
Comércio atacadista	652	645	-1,1
Comércio varejista	482	554	14,9
Outros setores (1)	312	347	11,2
TOTAL	3 422	3 632	6,1

FONTE: Secretaria da Fazenda-RS.

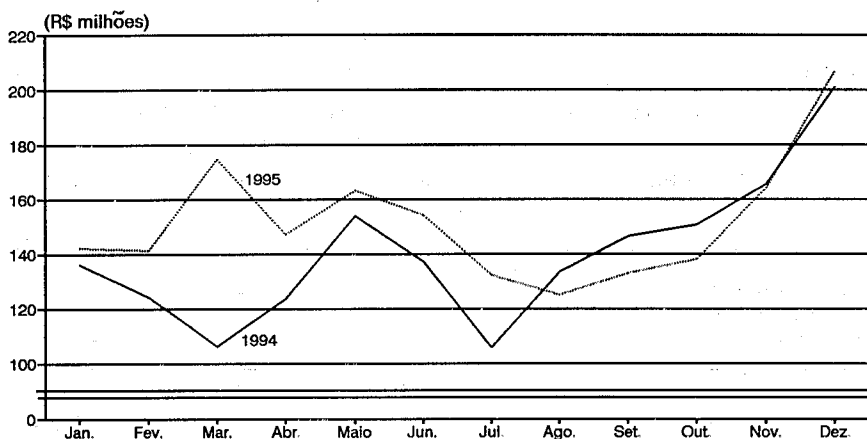
(1) Compreende os setores das indústrias: extrativa, de montagem, de condicionamento e recondicionamento e também o setor serviços. Os valores do ICMS estão em R\$ milhões de jan./96. Para a conversão em real, inflacionou-se o ICMS pelo IGP-DI da FGV.

De acordo com os dados da Tabela 2, conclui-se que, em termos reais, somente dois setores tiveram uma arrecadação inferior em 1995 em relação ao ano anterior: a indústria de beneficiamento — que confirma a queda dos preços da produção agrícola argumentada em Silva (1996) — e o comércio atacadista. Entretanto são setores com pouca representatividade no total do ICMS gaúcho. Por outro lado, a indústria de transformação foi a principal responsável pelo bom desempenho do ICMS, já que ela contribuiu com mais da metade do total da arrecadação.

A arrecadação do ICMS da indústria de transformação no ano de 1995 chegou a R\$ 1,8 bilhão, cerca de 8,1% superior ao ano anterior. O Gráfico 4 revela que, até julho, essa arrecadação apresentou uma boa performance. Entretanto, já a partir de agosto, ela ficou aquém do esperado.

Gráfico 4

ICMS da indústria de transformação no RS — 1994-95



FONTE: Secretaria da Fazenda-RS.

A propósito, o desempenho do ICMS da indústria difere do que Calandro (1996) constatou em seu estudo. Isso demonstra que a correlação entre a produção industrial e a arrecadação do ICMS da indústria pode muitas vezes ser errática. Especificamente, a queda da arrecadação do ICMS da indústria ocorreu cerca de três meses depois da queda da produção física da indústria. Provavelmente, essa defasagem é explicada pela formação de estoques, pelo faturamento da indústria e pelo prazo de recolhimento do ICMS mais alongado.

Justamente devido à enorme influência que o setor industrial tem na arrecadação do ICMS global, os traçados das curvas — mostrados nos Gráficos 3 e 4 — são muito semelhantes.

De uma forma geral, nota-se, pela Tabela 2, que, com exceção da indústria de beneficiamento e do comércio atacadista, praticamente os outros setores da economia gaúcha contribuíram mais em 1995 do que no ano anterior.⁵ O melhor desempenho obtido foi o do comércio varejista, que conseguiu recolher cerca de R\$ 555 milhões de ICMS. A propósito, convém salientar também que, segundo o **Termômetro de Vendas** (1995), as vendas desse setor em Porto Alegre apresentaram um ótimo crescimento em relação ao ano passado em praticamente todas as categorias de bens de consumo duráveis e não duráveis.⁶

Apesar do bom desempenho do ICMS verificado no ano, o Executivo teve dificuldades de caixa, pois as despesas cresceram mais velozmente do que as receitas, como pode ser visto no item seguinte.

5 - A execução orçamentária

Através da Tabela 3, pode-se notar a execução orçamentária do ano de 1995 em comparação com a do ano anterior.

A receita orçamentária em 1995 atingiu R\$ 5 bilhões, e a despesa orçamentária ficou em R\$ 4,9 bilhões. Isso revela que, sem incluir os gastos com investimentos e com o serviço da dívida, assim como sem os empréstimos realizados, houve um pequeno saldo superavitário de R\$ 184 milhões, bem menor do que o do ano passado. Entretanto, em virtude da queda da receita no segundo semestre de 1995, o Executivo teve dificuldades para conseguir equilíbrio de caixa,

⁵ É importante comentar que o comércio atacadista gaúcho teve um péssimo desempenho no ano de 1995, bem ao contrário do ano anterior, quando ele havia superado todos os demais setores, como mostra o último estudo (MENEGETTI NETO, 1995, p.121). Só para se ter uma idéia, no ano de 1994 os atacadistas lideraram todo o setor de comercialização, sendo que suas margens de lucro foram maiores do que as dos demais setores. Já no ano de 1995, o comércio atacadista sofreu uma reavaliação de margens de preços e de lucros, pois teve que enfrentar forte concorrência de produtos importados.

⁶ Os destaques — em termos do ICMS recolhido — do comércio varejista no ano de 1995 foram: eletrodomésticos e eletrônicos; material fotográfico; bazar, móveis e objetos de decoração, que conseguiram uma taxa de crescimento, em relação ao ano passado, de 46,7%; 43,1%; e 42,7% respectivamente (Termom. Vendas, 1995).

devido ao enorme peso do serviço da dívida, que absorveu cerca de R\$ 1,3 bilhão, representando quatro arrecadações mensais de ICMS.⁷

Assim, para pagar todo esse montante da dívida e as despesas de custeio, o Governo Estadual foi obrigado a contratar R\$ 1 bilhão de operações de crédito. Também o comprometimento com o pagamento de pessoal aumentou em 14,7%, alcançando R\$ 3,3 bilhões, apesar de terem sido implantadas várias medidas para contenção de gastos com pessoal.⁸

Além disso, o gasto com investimentos chegou a pouco mais de R\$ 400 milhões, diminuindo em quase 30% o que foi gasto em 1994. É bom lembrar que os investimentos diminuíram em termos de participação na Receita Orçamentária: de 10,7% em 1994 para 7,9% em 1995.

Dessa forma, a grande contradição na execução orçamentária (não só gaúcha, mas certamente na da maioria dos outros estados brasileiros também) é que foi gasto com o serviço da dívida três vezes mais do que com investimentos, o que obrigou o Governo a contratar cerca de R\$ 1 bilhão de operações de crédito para equilibrar o orçamento.

Finalmente, convém salientar uma das questões que poderá agravar ainda mais a crise das finanças públicas estaduais, que é o processo de emancipações por que passa o RS. Desde a promulgação da nova Constituição, 192 novos municípios foram criados, e mais quatro dezenas devem começar vida independente em 1^o de janeiro de 1997. Isso faz o Rio Grande do Sul ser o recordista em emancipações. Já se viu em várias ocasiões — ver Amaral (1995) e Meneghetti Neto (10.12.95, p.25) — que a maioria dos municípios tem-se emancipado sem a mínima infra-estrutura administrativa. Assim, gerou-se duplicidade administrativa, significando que a soma dos

⁷ Como já foi comentado em outros estudos (MENEGHETTI NETO, 1995, p.123) isso evidencia um ponto de estrangulamento no orçamento dos últimos anos. Por mais que o desempenho do ICMS melhore, por mais atenção que o Executivo dê aos gastos com investimentos e pessoal, as dificuldades são sempre as mesmas. Para pagar a dívida, o Governo é obrigado a recorrer cada vez mais ao endividamento. Assim, o pagamento da dívida é, sem dúvida, um fator que tende a desequilibrar cada vez mais a execução orçamentária do RS.

⁸ Segundo documento da Secretaria da Fazenda (RS. Sec. Faz., 1995), as seguintes medidas foram adotadas: política salarial aplicando a Lei Camata, normas para remuneração de servidores, limites de diárias, comitê de racionalização do gasto público, compromissos de gestão, dentre outras.

gastos do município emancipado com os do de origem foi maior do que a despesa anterior ao desmembramento.⁹

Tabela 3

Execução orçamentária do RS — 1994 e 1995

DESCRIÇÃO	1994 (R\$ milhões)	1995 (R\$ milhões)	VARIAÇÃO %
a) Receita orçamentária	5 140	5 099	-0,8
ICMS (1)	3 647	3 876	6,3
b) Despesa orçamentária	4 464	4 915	10,1
Pessoal (2)	2 883	3 306	14,7
c) Resultado parcial (a - b)	676	184	-72,8
d) Investimentos	554	404	-27,1
e) Operações de crédito	1 190	1 020	-14,3
f) Serviço da dívida pública	1 539	1 333	-13,4
g) Resultado orçamentário (c - d + e - f)	-226	-532	-135,4

FONTE: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1995/96). Porto Alegre: CORAG.

NOTA: Os valores da execução orçamentária estão em R\$ milhões de jan./96. Para a conversão em real, inflacionou-se o ICMS pelo IGP-DI da FGV.

(1) Os valores totais do ICMS desta tabela são maiores do que os da Tabela 2, pois estão sendo consideradas as multas, os juros de mora, os juros do ICMS parcelado e a dação por pagamentos. (2) Compreende pessoal e encargos sociais de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o saldo de empenho por estimativa para Transferência a Autarquias e Fundações.

⁹ Nos últimos 13 anos, o número de municípios gaúchos dobrou com a promoção de quatro processos de emancipação. Seria oportuno analisar as emancipações do ponto de vista nacional, sob a ótica das contas do conjunto das esferas de governo como um todo. É aí que aparece seu lado perverso. As emancipação provocam um acréscimo na máquina pública, cujos gastos não recaem somente sobre a esfera municipal, mas também sobre o Estado e sobre a Nação, pois os municípios dependem muito de verbas estaduais e federais. Muitos municípios pequenos que se emanciparam provavelmente continuam tão pobres como antes, com a diferença de que agora seus habitantes trabalham para sustentar estruturas burocráticas. A propósito, uma recente pesquisa acadêmica (AMARAL, 1995) sobre as 12 emancipações ocorridas em 1982 revelou que, nos primeiros seis anos, em média, a renda *per capita* desses municípios diminuiu de R\$ 5 mil para R\$ 3,7 mil; a despesa pública aumentou quase 50% (particularmente os gastos com pessoal); e a dependência das transferências de receitas federais e estaduais ficou ainda maior. Apesar de terem ocorrido três exceções nesse grupo de municípios, ainda assim as emancipações representaram uma perda de eficiência e um encarecimento da máquina pública, tal qual o exemplo citado. Assim, parece razoável supor que a proliferação de municípios, dentro do contexto de uma crise fiscal já bastante aguda, representa um ingrediente importante da crise das finanças públicas, onde o contribuinte é um dos prejudicados mais visíveis.

6 - Considerações finais

Pode-se concluir que o Governo gaúcho teve muitas dificuldades no ano de 1995 em seu objetivo de atingir um equilíbrio orçamentário. Várias medidas foram adotadas, como o corte de despesas, o combate maior à sonegação e a busca de uma solução para o enorme peso do serviço da dívida; mas, mesmo assim, houve desequilíbrio orçamentário.

Apesar de a arrecadação do ICMS ter aumentado em dois importantes setores (indústria de transformação e comércio varejista), o que levou a um aumento de 6,1% no ano de 1995, ela não foi suficiente para equilibrar o Orçamento Estadual. O Executivo foi forçado a emitir novos títulos para pagar o serviço da dívida, a antecipar o ICMS em dezembro para pagar as despesas de custeio, bem como a diminuir em quase 30% reais o comprometimento com investimentos.

Caso persista esse panorama deficitário em 1996, ou seja, as despesas pesando muito mais do que as receitas, dois fatos se esboçariam: uma diminuição gradativa do retorno dos impostos pagos e a remessa para gerações futuras do enorme ônus da dívida.

Bibliografia

- AMARAL, R. L. P. (1995). **Emancipações municipais 1981-82**: os resultados de uma década de autonomia. Porto Alegre: PUC/RS. (Monografia de conclusão do curso de Economia).
- DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1994/1996). Porto Alegre: CORAG.
- MENEGHETTI NETO, A. (1992). Os efeitos da redução do ICMS da cesta básica. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v.20, n.4, p.181-205.
- MENEGHETTI NETO, A. (1995). O desempenho das finanças públicas em 1994. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.22, n.4, p.115-125.
- MENEGHETTI NETO, A. (1995a). Real e déficits orçamentários. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.19, 16 nov.

MENEGHETTI NETO, A. (1995b). O comportamento do ICMS e do PIB gaúcho: uma nota técnica. **Boletim da Assessoria Econômica**, Porto Alegre: Secretaria da Fazenda/RS, v.9, n.23, jun.

MENEGHETTI NETO, A. (1995c). O lado perverso das emancipações. **Zero Hora**, Porto Alegre: RBS, p.25, 10 dez.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda (1996). **Os números das finanças do Estado em 1995: prestação de contas. Porto Alegre.**

TERMÔMETRO DE VENDAS (1995). Porto Alegre: CDL/FEE, v.22, n.12, dez.